

Apresentação do Ombudsman de Investimentos Diretos e do Ponto de Contato Nacional

Câmara de Comércio Exterior - CAMEX
Secretaria Executiva

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



www.economia.gov.br

Nova Abordagem Política – Mais Favorável aos Negócios

- Tarifa de importação zero para vários bens de capital sem produção nacional
- Redução do tempo necessário para o registro de empresa estrangeira, de 45 para 3 dias
- Criação – sob um modelo de ‘janela única’ – de um mecanismo de pagamento centralizado para todos os impostos relativos ao comércio exterior
- Autorização de 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas nacionais
- Regras mais flexíveis para compras governamentais
- Maior preocupação com práticas comerciais socialmente responsáveis

**Duas iniciativas recentes
relacionadas ao Investimento Direto se destacam,
pois ajudam os investidores,
ao mesmo tempo em que
atuam como instrumentos para identificar a
necessidade de ajustes de políticas**

I - O Ombudsman de Investimentos Diretos (OID)



Ombudsman de Investimentos Diretos (OID)

O OID foi estabelecido por Decreto no âmbito da Secretaria Executiva da CAMEX, sob a supervisão do Conselho da CAMEX

ORGANIZAÇÃO:

I – **Secretário Executivo da CAMEX** (representante institucional e coordenador do OID)

II – **Secretaria** (Subsecretaria de Investimento Estrangeiro)

III – **Grupo Assessor** (composto por representantes dos ministérios que compõem a CAMEX)

IV – **Rede de Pontos Focais** (órgãos e entidades da Administração Pública Federal, assim como aqueles indicados por Unidades da Federação)

Ombudsman de Investimentos Diretos (OID)

- Centralização dos atendimentos aos investidores externos - “janela-única” (consultas e questionamentos)
- Respostas às demandas em conjunto com a Rede de Pontos Focais
- Os questionamentos sistêmicos serão objeto de proposta de melhoria no ambiente regulatório de investimentos
- Divulga notícias e informações relacionadas com as oportunidades de investimento no Brasil

Ombudsman de Investimentos Diretos (OID)

APOIO AO INVESTIDOR EXTERNO:

- **CONSULTAS** – Esclarecimento de dúvidas gerais sobre legislação ou procedimentos administrativos
- **QUESTIONAMENTOS** – O OID visa resolver questões específicas com soluções concretas (*Policy Advocacy*)



Consultas e Questionamentos



ÁREAS NÃO ABRANGIDAS:

- Disputas privadas entre empresas
- Fusões e aquisições de empresas
- Demandas que contradigam padrões internacionais
- Assuntos que já estejam na esfera jurídica

Grupo de Solução de Questionamento (GSQ)



- O grupo poderá ser estabelecido pelo OID após análise prévia e confirmação do questionamento
- Coordenado pelo Secretário Executivo da CAMEX (OID)
- Composição: servidores da Secretaria e representantes dos órgãos ou das entidades da Administração Pública envolvidos no questionamento
- Após a análise final do GSQ, o OID prepara o relatório final, com recomendações de solução do questionamento
- O relatório final é enviado para o respectivo órgão/ entidade envolvido no questionamento

Rede de Pontos Focais

- ▶ 1 Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)
- ▶ 2 Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil)
- ▶ 3 Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)
- ▶ 4 Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
- ▶ 5 Agência Nacional de Mineração (ANM)
- ▶ 6 Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)
- ▶ 7 Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)
- ▶ 8 Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
- ▶ 9 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
- ▶ 10 Agência Nacional do Cinema (ANCINE)
- ▶ 11 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
- ▶ 12 Banco Central do Brasil (BCB)
- ▶ 13 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- ▶ 14 Casa Civil (PR)

Rede de Pontos Focais

- ▶ 15 Comissão de Valores Mobiliários(CVM)
- ▶ 16 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA)
- ▶ 17 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- ▶ 18 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)
- ▶ 19 Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)
- ▶ 20 Advocacia Geral da União (AGU)
- ▶ 21 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- ▶ 22 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)
- ▶ 23 Ministério da Defesa (MD)
- ▶ 24 Ministério da Economia - RFB
- ▶ 25 Ministério da Economia - Secretaria da Previdência

Rede de Pontos Focais

- ▶ 26 Ministério da Economia - Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
- ▶ 27 Ministério da Economia - Secretaria de Trabalho
- ▶ 28 Ministério da Infraestrutura (MI)
- ▶ 29 Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
- ▶ 30 Ministério de Minas e Energia (MME)
- ▶ 31 Ministério do Desenvolvimento Regional
- ▶ 32 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- ▶ 33 Ministério do Turismo (MTur)
- ▶ 34 Ministério das Relações Exteriores (MRE)
- ▶ 35 Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos (SPPI)
- ▶ 36 Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
- ▶ 37 Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Website – Ombudsman de Investimentos Diretos – Página Inicial

The screenshot shows the homepage of the Direct Investments Ombudsman website. The header features a navigation bar with links for 'BRASIL', 'Serviços', 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. The main banner area has a background image of a globe, a smartphone, and a tablet displaying charts. The headline reads 'FEDERAL GOVERNMENT WILL HAVE OMBUDSMAN TO RECEIVE FOREIGN INVESTORS'. Below this, there are two main sections: 'REQUESTS' and 'INQUIRIES'. The 'REQUESTS' section includes a description 'General questions about legislation and administrative procedures related to investments' and buttons for 'Submit a request' and 'Follow your request'. The 'INQUIRIES' section includes a description 'Situations related to specific cases that affect investments' and buttons for 'Make an inquiry' and 'Follow your inquiry'. At the bottom, there is a 'Latest events' section with a headline 'BRAZILIAN 2019 BRICS PRESIDENCY' and a date range '24/04/2019 15:38 - 30/04/2019 15:38'. The footer contains the website's name 'Direct Investments Ombudsman' and its address 'Esplanada dos Ministérios, bloco J, CEP 70.053-900, Brasília - DF'.

BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

Direct Investments Ombudsman Direct Investments Ombudsman Frequently Asked Questions (FAQ)

Latest news SHOW ALL

FEDERAL GOVERNMENT WILL HAVE OMBUDSMAN TO RECEIVE FOREIGN INVESTORS

REQUESTS General questions about legislation and administrative procedures related to investments Submit a request Follow your request

INQUIRIES Situations related to specific cases that affect investments Make an inquiry Follow your inquiry

Latest events SHOW ALL

BRAZILIAN 2019 BRICS PRESIDENCY 24/04/2019 15:38 - 30/04/2019 15:38

Direct Investments Ombudsman Esplanada dos Ministérios, bloco J, CEP 70.053-900, Brasília - DF

BRASIL

Serviços

Simplifique

Participe

Acesso à informação

Legislação

Canais

Direct Investments
Ombudsman

Direct Investments Ombudsman Frequently Asked Questions (FAQ) National Contact Point (NCP) for OECD

Inquiry Form

Origin *

Name *

E-mail *

Telephone *

Company Name * CNPJ

Sector (CNAE) of the company *

Questioning Area *

Law, regulation and / or procedure subject to questioning *

Which bodies or entities of the public administration involved in the questioning *

Estimated capital invested *

Estimated of employment generation *

Questioning *

What are the impacts of not satisfactorily solving the questioning? *

Attachment

+ Search...


☐ I declare, for due legal purposes and effects, that I have the legitimacy to act as an interested party in this consultation procedure and that the information provided is true, pursuant to Law No. 9.784 of 1999, Decree No. 4.732 of 2003, Decree No. 8.863 of 2016 and of CAMEX Resolution No. 7 of 2016.

Submit Cancel

Direct Investments
Ombudsman

Esplanada dos Ministérios, bloco J, CEP 70.053-900, Brasília - DF

Website – Ombudsman de Investimentos Diretos – Informação Institucional

 BRASIL

Serviços


Simplifique!






Participe


Acesso à informação


Legislação


Canais



 Direct Investments Ombudsman

 Frequently Asked Questions (FAQ)

 National Contact Point (NCP) for OECD

Direct Investments Ombudsman

Direct Investments Ombudsman

The Direct Investments Ombudsman (DIO) is a "single window" for investors, provided by the Executive Secretariat of CAMEX. It is responsible for receiving requests and inquiries about investments, to be answered jointly with the public agency responsible for the matter (at the Federal, State and Municipal levels) involved in each case (the Network of Focal Points). This new structure allows for supporting the investor, by a single governmental body, in charge of responding to demands within a short time.

Among the DIO's competencies, the following stand out: to support and guide investors, recommending solutions to their grievances (Policy Advocacy); to propose to public agencies possible improvements in the legislation or in their administrative procedures.

The DIO represents a pioneer effort to improve the institutional governance and the investment environment in Brazil. The DIO integrates the structure of the Executive Secretariat, under the supervision of the CAMEX Council and is comprised of:

- I - the Executive Secretary of CAMEX, who represents it institutionally and coordinates its activities;
- II - a Secretariat, which will use the structure of the Executive Secretariat of CAMEX and will count on employees/government officials specialized in subjects related to investment in order to support the Executive Secretary of CAMEX in carrying out his functions under the OID;
- III - an Advisory Group, composed of representatives of the ministries that constitute CAMEX; and
- IV - a Network of Focal Points comprised of focal points of the bodies and entities of the public administration defined by the OID internal regulation, as well as those indicated by the Federation Units.

The agencies and entities that be part of the Network of Focal Points will designate their staff as focal points in order to work together with the OID to provide information on investments, answer requests and seek to solve inquiries of investors within their area of competence, among other activities.

The Advisory Group will accompany and guide the work of the OID, including in the drafting and eventual revisions of its internal regulation, and will be chaired by the Executive Secretary of CAMEX.

The OID shall also receive inquiries from national investors related to their investments made in countries with which the Federative Republic of Brazil has Cooperation and Facilitation Investment Agreement (CFIA) in force, through the mechanisms provided in such agreements.

Legislation


DECREE No. 4,732, June 10, 2003 - Art. 5, § 10, XIII - Establishes the competence of the Executive Secretariat of CAMEX to perform the functions of the National Focal Point - Direct Investments Ombudsman.

DECREE No. 8.863, September 28, 2016 - Provides for the creation, structure and attributions of the Ombudsman for Direct Investments.

CAMEX Resolution No. 12, 2017 - Approves the rules of the Direct Investments Ombudsman - OID.

Voltar

Website – Ombudsman de Investimentos Diretos – Perguntas Frequentes

BRASIL

Serviços


Simplifique!

Participe






Acesso à informação


Legislação


Canais




Direct Investments
Ombudsman



 Direct Investments Ombudsman

 Frequently Asked Questions (FAQ)

 National Contact Point (NCP) for OECD

Frequently Asked Questions (FAQ):

1. Who can use the support services, request and inquiries provided by the Direct Investments Ombudsman (DIO)

The OID will offer support to foreign investors, answer requests and seek solutions to inquiries related to matters that are affecting their investments in Brazil.

The DIO may also receive requests and inquiries from the domestic investors regarding their investments abroad, in particular in those countries with which the Brazil has CFIA in force.

2. What is the difference between Requests and Inquiries?

Requests can be submitted to clarify general doubts about legislation and administrative procedures related to the investments.

Inquiries can be submitted to seek solutions on the situations related to the concrete case that are affecting the investments.

3. How can an investor submit requests or inquiries on the DIO?

By choosing REQUEST or INQUIRY, the investor shall complete the respective electronic form available on the DIO page (oid.economia.gov.br). After fulfilling the form, the investor will receive by e-mail the respective protocol number to follow up on your demand.

4. Can additional information be requested? What is the deadline for sending this information?

Whenever necessary, the DIO Secretariat may request additional information to clarify the demand sent by investor or its legal representative (Request or Inquiry).

In this case, the additional information must be sent within 05 calendar days, from the date of request for clarification by the DIO Secretariat. After this period, without sending the information by the claimant, the demand will be inert, being necessary to open new demand by the interested party.

5. How much does the requests or inquiries process cost?

The process is completely free and should be done by fulfilling the electronic form on this website.

After that, the OID will evaluate the information submitted by the investor and will provide the response within 20 (twenty) calendar days, extended for a further 10 (ten) days, upon written justification to the interested investor. However, the Inquiry don't have a specific timeframe for response.

6. What areas are covered in the requests and inquiries?

The main areas related to investments are covered, such as: tax, labor, social security, financial, administrative, environmental, infrastructure and land tenure. The OID will receive and centralize the demands to clarify requests and seek solutions to the inquiries related to the legislation and/or the administrative procedures applied, with a view to constantly improving the investment climate in Brazil.

However, it's important to note that the OID **will not receive** Requests nor Inquiries related to private disputes between companies, sales or acquisitions of companies, requests that contradict global standards and other matters that are already in the legal sphere or that could unfairly harm other companies or productive sectors.

7. Will the confidentiality of a request or inquiry be guaranteed?

All the Requests/Inquiries are confidential. However, for some inquiries it may be necessary to share some information with other governmental agencies or entities, preserving the confidential nature of the information.

8. How can a company check the status of the Request or Inquiry process?

After fulfilling the electronic form, the investor will receive by e-mail a protocol number, which should be used to follow the process.


9. What is CNAE?

CNAE is the National Classification of Economic Activities officially adopted by the National Statistical System in the production of statistics by type of economic activity, and by the Public Administration, in the identification of economic activity in registrations and registrations of legal entity.

By providing a standardized basis for collecting, analyzing and disseminating statistics on economic activity, the CNAE allows to increase the comparability between economic statistics from different national sources and the country statistics at the international level.

The 2007 revision of the CNAE, which resulted in version 2.0 of this publication, aimed to provide the country with a classification of economic activities updated with changes in the structure and composition of the Brazilian economy and synchronized with the changes introduced in version 4 of the *Classification International Industrial Uniform of All Economic Activities - ISIC / ISIC*. The CNAE 2.0 replaces the previous version, CNAE 1.0.

Website - Ombudsman de Investimentos Diretos – Oportunidades de Investimento

 BRASIL

Serviços


Simplifique!






Participe

Acesso à informação


Legislação


Canais






Direct Investments
Ombudsman

 Direct Investments Ombudsman

 Frequently Asked Questions (FAQ)

 National Contact Point (NCP) for OECD

The Investment Partnership Program

The Investment Partnerships Program (PPI) was created by Law No. 13,334 of 2016 to expand and accelerate the transfer between the State and private enterprise for the first time of a partnership meeting and other measures of privatization. With a law establishing the PPI, two columns were created in the Federal Administration: the PPI Council and a PPI Secretariat. The Council is the collegiate body that evaluates and recommends the President of the Republic the projects that integrate the PPI, deciding, also, on the issues related to the execution of the contracts of partnerships and desestatizations. The Secretariat, linked to the Presidency of the Republic, acts in support of Ministries and Regulatory Agencies for the Execution of Program Activities.

The Program

The objectives of the PPI are:

- Expand investment and employment opportunities and stimulate technological and industrial development, in harmony with the country's social and economic development goals;
- Ensure the expansion with quality of the public infrastructure, with tariffs appropriate to the users;
- Promote fair and fair competition in the celebration of partnerships and the provision of services;
- Ensure legal stability and security of contracts, with the guarantee of minimal intervention in business and investment;
- Strengthen the regulatory role of the State and the autonomy of state regulatory entities.

Once the ventures are qualified in the Investment Partnerships Program, they will be treated as a national priority. The organs and entities involved must act so that the processes and acts necessary for the structuring, liberation and execution of the project occur in an efficient and economical way.

PPI Projects [\(Click here\)](#)

Attributions of the PPI Council

The PPI Board will meet whenever convened to discuss matters on the agenda organized by the PPI Secretariat. Its main attributions are:

- To consider, prior to the deliberation of the President of the Republic, the proposals of the Ministries for the inclusion of enterprises in the PPI and regarding the federal long-term investment policies through partnerships;
- Coordinate, monitor, evaluate and supervise the actions of the PPI and support the sectoral actions necessary for its execution.

Perform the duties assigned to:

- Governing body of federal public-private partnerships (Law nº 11.079 / 04).
- National Council for the Integration of Transport Policies (Law 10.233 / 01).
- National Privatization Council (Law 9.491 / 97).


Attributions of the PPI Secretariat

The Special Secretariat of the Investment Partnerships Program (SPPI) has a permanent presence, among its attributions:

- Secretary of the PPI Council, receiving proposals from Ministries and structuring the agenda of meetings;
- Advise the President of the Republic on matters related to the PPI, drawing up opinions and studies and proposing norms, measures and guidelines;
- Coordinate, monitor, evaluate and supervise the actions of the PPI, including supporting the actions necessary for the execution of the projects by the Ministries and regulatory agencies;
- Publicize PPI projects and liaise with investors and other stakeholders in the Program, including State and Municipal bodies.

For more information, access the [PPI website](#).

Back


MINISTÉRIO DA
ECONOMIA
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Website - Ombudsman de Investimentos Diretos – Últimas Notícias/Eventos

The screenshot shows the homepage of the Direct Investments Ombudsman website. At the top, there is a navigation bar with links for 'BRASIL', 'Serviços', 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. Below this, the header includes the 'Direct Investments Ombudsman' logo and links to 'Direct Investments Ombudsman', 'Frequently Asked Questions (FAQ)', and 'National Contact Point (NCP) for OECD'. A 'Latest news' section features a large image of an airplane and a ship, with the text 'INVESTMENT PARTNERSHIP PROGRAM' and 'Investment opportunities'. Below this, there are two main sections: 'REQUESTS' and 'INQUIRIES'. The 'REQUESTS' section includes a description 'General questions about legislation and administrative procedures related to investments' and buttons for 'Submit a request' and 'Follow your request'. The 'INQUIRIES' section includes a description 'Situations related to specific cases that affect investments' and buttons for 'Make an inquiry' and 'Follow your inquiry'. At the bottom, there is a 'Latest events' section with a large graphic for 'BRICS BRASIL 2019' and the text 'BRAZILIAN 2019 BRICS PRESIDENCY' with dates '24/04/2019 15:38 - 31/05/2019 15:38'. A 'SHOW ALL' button is visible in the top right corner of the 'Latest news' and 'Latest events' sections.

Direct Investments
Ombudsman

BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

Direct Investments Ombudsman Frequently Asked Questions (FAQ) National Contact Point (NCP) for OECD

Latest news SHOW ALL

INVESTMENT PARTNERSHIP PROGRAM
Investment opportunities

REQUESTS
General questions about legislation and administrative procedures related to investments
Submit a request Follow your request

INQUIRIES
Situations related to specific cases that affect investments
Make an inquiry Follow your inquiry

Latest events SHOW ALL

B R I C S
B R A S I L 2 0 1 9

BRAZILIAN 2019 BRICS PRESIDENCY
24/04/2019 15:38 - 31/05/2019 15:38

O Ombudsman em Resumo

- As respostas são realizadas em conjunto com a Rede de Pontos Focais
- Questões Sistêmicas podem ser consideradas para melhorias administrativas e regulatórias
- O OI se reporta ao Comitê de vice-ministros responsáveis pela política de investimentos estrangeiros (CONINV)

Website do Ombudsman:

www.oid.economia.gov.br



Esplanada dos Ministérios
Ministério da Economia
Bloco "J", Sl. 904
Brasília – DF, CEP: 70170-900

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



II - Ponto de Contato Nacional

Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais

A Importância da Responsabilidade Empresarial

- Consumidores preferem produtos e serviços de empresas preocupadas com responsabilidade social e sustentabilidade ambiental
- A Sustentabilidade pode ser uma ferramenta estratégica para reduzir custos e riscos, estimulando a lucratividade e a participação de mercado
- Além disso, os investidores podem ser levados a reduzir sua participação em empresas com imagem negativa

O mecanismo de mediação via PCN

- Trata-se de instrumento de mediação entre as Partes (empresa e reclamante), para se buscar um acordo sobre o tema reclamado
- É, portanto, um mecanismo flexível, com possibilidades além do seguimento estrito dos trâmites legais, possibilitando soluções mais ágeis
- Não há custos processuais

Diretrizes da OCDE:

11 Dimensões a serem observadas pelas empresas multinacionais

(Conceitos e Princípios; Políticas Gerais; Divulgação; Direitos Humanos; Emprego e Relações Industriais ; Meio Ambiente; Combate à Corrupção, à Solicitação de Suborno e à Extorsão; Interesses do Consumidor; Ciência e Tecnologia; Concorrência e Cumprimento da Tributação)

As Diretrizes e o PCN

- Diretrizes = princípios e padrões internacionalmente reconhecidos para a conduta empresarial responsável
- Pontos de Contato Nacionais => mecanismos de apoio, promoção e implementação das Diretrizes

PCN Brasil – Grupo de Trabalho

Ministério da Economia (**Coordenador do PCN**)

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ministério das Relações Exteriores

Ministério do Meio Ambiente

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Ministério das Minas e Energia

Controladoria Geral da União (CGU)

Banco Central do Brasil

O Brasil assinou a Declaração da OCDE sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais em 1997 (compreendendo as Diretrizes)

Número de Processos até agora

Sob análise	3
Recusados	6
Concluídos	17

Como apresentar uma alegação de descumprimento das Diretrizes?

- Acesse o site www.pcn.economia.gov.br

The screenshot shows a web browser window with the URL <https://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/ponto-de-contato-nacional/produtos/formularios/nova-alegacao-de-inobservancia/>. The page is titled "Nova Alegação de Inobservância" and includes a sidebar with navigation links like "CENTRAIS DE CONTEÚDOS" and "ACESSO RÁPIDO". The main content area contains a form for submitting a claim, with fields for "Nome", "E-mail", "Organização responsável pela inobservância", and a large text area for the "Alegação".

Nova Alegação de Inobservância

publicado 07/03/2018 16h05, última modificação 27/12/2018 14h23

Qualquer pessoa **física** ou **jurídica** - como organizações empresariais, trabalhistas, sindicais, ou não governamentais - tem o direito de apresentar alegações de inobservância em relação às Diretrizes. Os reclamantes devem declarar seu interesse no assunto e justificar suas queixas, especificando em sua alegação os capítulos das diretrizes e os itens supostamente violados.

A alegação deve ser apresentada ao PCN do país onde a alegada violação ocorreu. Se não houver um PCN nesse país, as queixas poderão ser submetidas ao PCN do país onde estiver localizada a sede da empresa multinacional.

A reclamação deve ser enviada por correio e, se possível, simultaneamente por e-mail. A versão eletrônica de sua reclamação poderá ser encaminhada por meio deste formulário.

Nome ■
Informe seu nome completo

E-mail ■
E-mail para contato.

Organização responsável pela inobservância ■
Informe o nome completo da organização.

Alegação

Formato do Texto **HTML**

Como o Ombudsman:

- O PCN depende de um conjunto diversificado de *stakeholders*
- O PCN se reporta ao Conselho de vice-ministros responsáveis pela política de investimento estrangeiro, podendo assim identificar a necessidade de ajuste de política

pcn.ocde@economia.gov.br
www.pcn.economia.gov.br

**Essas iniciativas contribuem para um ambiente
favorável aos investidores**

e

**Espera-se que os investidores demonstrem
Responsabilidade Social**



**Finalmente, um convite para os
atuais e futuros investidores no Brasil**



FÓRUM DE
INVESTIMENTOS
BRASIL 2019
BRASIL INVESTMENT FORUM 2019

SAVE THE DATE

The Brasil Investment Forum 2019
will take place on October 10th and 11th,
at the World Trade Center, in São Paulo.

For more information please visit:
www.brasilinvestmentforum.com

Apex-Brasil
+55 61 2027 – 0202
bif@apexbrasil.com.br



MINISTRY OF
ECONOMY

MINISTRY OF
FOREIGN AFFAIRS



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL